MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
16 DE SETEMBRO DE 2016

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

HORA: 09h30

EXECUTIVO

PRESIDENTE: *Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães*

VEREADOR: *João Manuel Gouveia da Costa*

VEREADOR: *Luís Miguel Gonçalves Rodrigues*

VEREADOR: *José Rodrigues Poredes*

VEREADOR: *António Joaquim Fernandes*

VEREADOR: *Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras*

VEREADOR: *Manuel Adérito Figueira*

SECRETARIADO POR: *Luís Filipe Maneta Carvalho, técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira*

PRESENÇAS

PRESIDENTE:_____

VEREADOR:_____

VEREADOR:_____

VEREADOR:_____

VEREADOR:_____

VEREADOR:_____

VEREADOR:_____

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural

ATA N.º 24/2016

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 16 DE SETEMBRO

O PRESIDENTE DA CÂMARA: CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

VEREADORES PRESENTES: JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA
LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES
JOSÉ RODRIGUES PAREDES
ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES
CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS
MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: NÃO HOUVE

SECRETARIOU:JOÃO AREIAS, CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

HORA DE ABERTURA: 09:30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 13:00 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1.1 - Aprovação da Ata_22_2016 de 06-09-2016.
1.2 – Aprovação da Ata_23_2016 de 09-09-2016.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2.1 - Resumo do diário de tesouraria do dia 2016/09/12.
2.2 – Presente informação 2016/239 remetendo o relatório semestral da análise económico-financeira reportada a 30 de junho de 2016, remetida pelo auditor externo.
2.3 – Presente informação 2016/240 remetendo o pacote fiscal para 2017 – Derrama, IMI, TMDP, Participação variável no IRS.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

3.1 – Presente informação 2016/234 referente aos prejuízos causados por javali – alteração à informação n.º 185 de 14/06/2016.

==========

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara cumprimenta os presentes e dá início ao período de antes da ordem do dia.

Toma a palavra o Vereador António Joaquim Fernandes (PS) que cumprimenta os presentes. Congratula-se com o evento que se vai realizar no concelho, o desfile das Vindimas das IPSS's. Cada vez que a Câmara solicita a participação das IPSS's, estas estão presentes, mas no que concerne à comparticipação financeira da Autarquia às mesmas instituições, é nula. Mas não é só com estas instituições de solidariedade social, é também o desleixo para com toda a atividade cultural do concelho de Alijó. Acrescenta que é triste o que se passa com o Auditório! Durante todo este mandato o Teatro Auditório Municipal esteve em obras. Demoram mais as obras de reparação do que a própria construção. Solicita a disponibilidade do executivo para que ainda hoje possam ir ao Auditório e também esclarecerem o que se passa realmente com aquele edifício.
Gostava de enaltecer o que o governo fez com a abertura do ano escolar, que ocorreu sem sobressaltos. Pergunta como é que correu a abertura do ano escolar em Vilar de Maçada? As condições foram criadas? Decorreu dentro da normalidade?
Decorreu no passado dia 12/09 um seminário em Aveiro, gostaria de saber o que aí aconteceu, pois o assunto era de extrema importância – Portugal 2020 – Fundos comunitários. Quem esteve presente?

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Grafinal-Águeda
Formato A 4

Relativamente à remodelação administrativa no concelho de Alijó que fez com que nada fosse como antes. Tanto quanto sabe, este governo parece disposto a rever essa situação, é portanto o momento para poderem aproveitar essa oportunidade para que possam satisfazer as necessidades e vontades dos nossos munícipes. Ou seja, fazer reverter o processo e o nosso concelho voltar a ter 19 Freguesias como era antes. Solicita à Câmara que se empenhe na tentativa de aproveitar esta oportunidade.
Disse ainda que apresentou à Câmara uma fatura emitida pelo Sr. Carlos Magalhães, pelo que gostaria de saber o que se passa com essa situação, já que o Presidente da Câmara diz que paga a tempo e horas e uma vez que é de tão pouco valor, julga que não vale a pena criar problemas.

O vereador Miguel Rodrigues (MAIS) disse:
"- No início desta semana realizou-se em Aveiro um seminário sobre Fundos Comunitários e as Autarquias Locais, promovido pela Associação Nacional de Municípios.
Questiono se o Município de Alijó se fez representar e, nesse caso, que conclusões pode apresentar a este Executivo.
- Começou ontem neste concelho o ano letivo. Questiono se tudo começou sem sobressaltos e que situações devem aqui ser sublinhadas.
- Queria aqui colocar a questão da reorganização administrativa implementada em 2013 e que levou à extinção de cinco Juntas de Freguesia no concelho de Alijó.
Esse processo, como já vai sendo reconhecido por um número crescente de vozes, foi mal conduzido, sendo um bom exemplo do que não deve ser feito nestas matérias: Uma reorganização administrativa feita a régua e esquadro e imposta de cima para baixo.
Sempre fui crítico deste processo, que aponto como uma das nódoas do governo anterior. Uma extinção em massa de Juntas de Freguesia em todo o país (foram mais de mil), revelando ignorância face às realidades locais e totalmente incapaz de alcançar os objetivos que eram apresentados com esta "reforma".
Por acaso, questiono, as populações das freguesias afetadas pelas agregações estão melhor do que estavam? Melhor servidas e mais próximas do Poder Local? As poupanças para o Estado, decorrentes do fecho de Juntas de Freguesia, são significativas?
As respostas são óbvias: Nem as populações estão melhor servidas, nem assumiram relevância quaisquer eventuais poupanças na despesa pública.
No caso concreto do nosso concelho, vejam-se os casos da União das Freguesias de Carlão e Amieiro com o património da anterior Junta do Amieiro a ser penhorado por dívidas da Junta de Carlão, o que não aconteceria sem a agregação; ou as localidades de Cotas e Póvoa (anterior freguesia de Cotas) a serem penalizadas por problemas de desempenho na Junta de Freguesia da União das Freguesias de Castedo e Cotas, por questões herdadas ainda do tempo da anterior Junta de freguesia do Castedo. Apenas para apontar estes dois casos.
Ora, o atual Governo veio agora abrir a porta a uma reavaliação desta reorganização administrativa. Do seu programa consta a garantia de "avaliar a reorganização territorial das

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gráfica Agueda
Formato A 4

freguesias, estabelecendo critérios objetivos que permitam às próprias autarquias aferir os resultados da fusão/agregação e corrigir os casos mal resolvidos".
Foi recentemente anunciada a criação de um grupo de trabalho reunindo representantes do Governo, da Associação Nacional de Municípios e da Associação Nacional de Freguesias, para proceder a essa avaliação.
Não sabemos, nesta fase, o que irá resultar dessa avaliação, que sempre exigirá uma mudança da Lei atualmente em vigor. Ainda assim, o nosso Município não deveria colocar-se de fora deste processo, fazendo desde já o seu trabalho de casa para quando esta questão for despoletada, realizando a nossa própria avaliação concelhia sobre o estado atual das freguesias agregadas e quais as correções a introduzir no modelo que está atualmente em vigor.
A proposta que aqui apresento, é que este Executivo Camarário, permanente e não permanente, promova com a maior brevidade possível um encontro com os autarcas das freguesias agregadas, aberto aos eleitos das Juntas e Assembleias de Freguesia, para, em primeira linha, serem por nós ouvidos sobre o estado atual das suas freguesias.
Penso que seria um sinal importante de que estamos atentos e atuantes nesta matéria e que nos mantemos inconformados com o fecho de Juntas de Freguesia que nos foi imposto.
- Por último, é uma questão recorrente, mas não posso deixar de aqui colocar uma vez mais a situação do Teatro-Auditório Municipal de Alijó que se mantém fechado.
É uma situação inexplicável. Este equipamento foi fechado pela Câmara em abril de 2014. Estamos em setembro de 2016 e mantém-se fechado.
Foram aqui deliberadas obras na cobertura e no interior do edifício. Mas nada justifica que ele se mantenha fechado. Menos tempo demorou ele a ser construído.
Pergunto ainda como está a questão da licença para a realização de espetáculos naquele edifício, que é outra questão que deveria estar já resolvida."

Toma a palavra a Vereadora Cristina Felgueiras (PSD) que disse, sobre as obras do Auditório, não se pronunciar, contudo o mais importante á a licença de espetáculos. Acrescenta que não faz sentido abrir o Auditório sem que seja obtida a licença da sala de espetáculos. Informa que tem havido comunicações com a entidade que emite as licenças e que vistoria as obras, e estão a aguardar que o processo burocrático fique resolvido.
Relativamente à cultura, não se resume apenas ao equipamento, até porque vai acontecendo pelo concelho.
Quanto à abertura do ano escolar, dizer que se iniciou sem sobressaltos é relativo, acontece sempre alguma coisa de momento que é necessário resolver, mas nada de maior. Em Vilar de Maçada decorrerão obras e aulas em simultâneo, mas nada que interrompa o bom funcionamento escolar.
Informa que este governo diminuiu em 7% o orçamento das escolas públicas. A falta de oferta escolar e de operacionais prejudica a escola pública, e este governo nada fez para a melhorar. Afirma que a política deste governo ficou aquém do que foi a política municipal deste Município, que ofereceu manuais e fichas as todos os alunos do 1.º ciclo.

Relativamente a Santa Eugénia, a escola está fechada e a culpa é do governo cuja política de educação está aquém das necessidades no concelho.
Quanto à fatura do Sr. Manuel Carlos não existe encomenda, pelo que o pagamento da fatura não é possível de momento.
No que se refere às IPSS's informa que não é a Câmara que as chama, pertencem sim a uma rede e o desfile foi proposto pelos técnicos das IPSS's. Informa que até final do ano serão distribuídos os valores pelas IPSS's.

O Vereador José Rodrigues Paredes (PSD) que cumprimentou os presentes.
Relativamente ao Auditório, disse querer fazer uma espécie de ponto final. Antes de iniciarem as obras, teve o cuidado de solicitar a presença da Autoridade de Proteção Civil, para que os pudesse aconselhar e indicar se as alterações necessárias prejudicariam o licenciamento. É um processo moroso por causa da unidade central a quem compete fazer a vistoria. Quanto ao interior, existe uma luminária que é diferente das originais, porque estão descontinuadas, e não foi possível arranjar iguais. Falta também, nos pilares de suporte, arranjar mármore preto, que tem sido muito difícil de encontrar. Nos passeios faltam também alguns trabalhos para que não haja infiltrações.
Em relação às candidaturas, entregou uma sumula aos Vereadores cuja cópia se anexa:

Município de Alijó
Unidade Orgânica Flexível Estratégia e Empreendedorismo

Candidaturas submetidas pelo Município em 2016

Candidaturas da UOT - PARU							
Operação	Estado	Data Estado	Designação da Operação	Montante Máximo Elegível	Contribuição FEDER/FC	Taxa	Município
NORTE -16-2016-15-034	Submetida	30/06/2016	Plano Ação Regeneração Urbana	9 524 250,00	8 095 612,50	85%	1 428 637,5

Candidaturas da UOT - PAMUS - Intenção CIM Douro							
Operação	Estado	Data Estado	Designação da Operação	Montante Máximo Elegível	Contribuição FEDER/FC	Taxa	Município
Norte-16-2016-16			Beneficiação da vias e percursos pedonais e cicláveis da zona envolvente ao Plátano	243 800,15	302 105,49	85%	53 312,73
Norte-16-2016-16			Beneficiação da vias e percursos pedonais e cicláveis no Jardim Matos Cordeiro	111 618,07			

Toma a palavra o Presidente da Câmara que agradece os esclarecimentos que os Vereadores já prestaram.
Disse que o vereador António Joaquim Fernandes enalteceu o governo porque o ano escolar começou da melhor forma, mas também deveria enaltecer todo o executivo, porque também fez um bom trabalho, substituindo-se ao governo.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gráfinal-Agueda
Formato A 4

Relativamente ao Seminário em Aveiro informa que esteve presente em conjunto com o Vereador José Rodrigues Paredes. Houve uma intervenção do Ministro Eduardo Cabrita que solicitou a aceleração da execução do programa. Acrescenta que existe muita burocracia em volta do programa, e irão existir muitas dificuldades na execução. Informa, a título de exemplo, que existe um requisito mínimo que é a existência de um projeto devidamente aprovado para que seja candidatável.
Quanto a reorganização administrativa, disse que ouviu inicialmente o governo, mas depois houve uma travagem neste dossier, e a criação de uma equipa de trabalho. Concorda que houve uma perda de identidade de algumas populações, e isso desagrada a todos, e a perceção é que todos gostariam de voltar à 1.ª forma.
Compreende a proposta do Vereador Miguel Rodrigues, mas julga que será melhor aguardar pelas conclusões do grupo de trabalho.

==========

Terminado o período de antes da ordem do dia e antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo técnico superior da Divisão Administrativa e Financeira foi dito:
"Solicita-se aos membros presentes que, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva votação."

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 - Aprovação da Ata da reunião ordinária de 06/09/2016.
Deliberação: aprovada, por unanimidade.
Ponto 1.2 - Aprovação da Ata da reunião extraordinária de 09/09/2016.
Deliberação: aprovada, por unanimidade.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo do diário da tesouraria referente ao dia 2016/09/12, apresentando um total de disponibilidades de 6.255.417,62€ sendo 5.423.871,37€ de dotações orçamentais e 828.909,42€ de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: *tomado conhecimento.*

Ponto 2.2 – Presente informação 2016/239 remetendo o relatório semestral da análise económico-financeira reportada a 30 de junho de 2016, nos termos da alínea d) do n.º 2 do

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gráfica Agueda
Formato A 4

artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03/09, remetido pelo auditor externo, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: tomado conhecimento. Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para apreciação.

Ponto 2.3 – Presente informação 2016/240 remetendo o pacote fiscal para 2017 – Derrama, IMI, TMDP, Participação variável no IRS, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovada, por maioria com a abstenção dos Vereadores António Joaquim Fernandes (PS) e Miguel Rodrigues (MAIS), a presente proposta. Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação, nos termos da Lei.
O Vereador Miguel Rodrigues (MAIS) apresentou a seguinte declaração de voto:
"Esta proposta de fixação das taxas máximas de IMI, apresenta desde já um problema, que é a sua incompatibilidade com a anterior deliberação deste Executivo, tomada em 29 de junho deste ano, de aprovação de criação de duas áreas de reabilitação urbana, as quais incluem benefícios fiscais, designadamente em sede de IMI.
Aquando dessa deliberação, foi pelo executivo permanente questionada a DGAL, sobre se tais benefícios fiscais seriam admissíveis, em face do Plano de Ajustamento Financeiro a que este Município está vinculado.
A DGAL ainda não respondeu, segundo a informação prestada pelo executivo permanente.
Penso, por isso, que previamente à deliberação do pacote fiscal para 2017, deveríamos aguardar pela resposta da DGAL.
Pois a aprovação da presente proposta, representa a negação de quaisquer benefícios fiscais em sede de reabilitação urbana e isso pode colocar em perigo o sucesso das candidaturas a fundos comunitários nesta matéria que foram deliberadas em reunião de Câmara no passado mês de junho.
Uma vez que a comunicação das taxas de IMI deve ser feita pelo Município à Direcção-Geral dos Impostos apenas até 30 de novembro, existe tempo para que se aguarde a resposta do Governo à questão colocada, não sendo forçoso, portanto, que se tome já esta deliberação.
Mas penso mesmo que deveríamos ir mais além e ter aqui uma atitude pró-ativa. Não nos limitarmos a aguardar pela resposta da DGAL, mas exercer uma pressão política efetiva (e legítima), de modo a que seja atendida a pretensão deste Município de não ficar amarrado à obrigação de fixação de taxas máximas dos impostos municipais.
Não basta, por isso, enviar um e-mail para Lisboa e cruzar os braços. É necessário que, nos vários tabuleiros onde este Município tem assento, seja desencadeada uma ação de sensibilização para este problema que é penalizador para as nossoas populações. Estou a pensar na Associação Nacional de Municípios Portugueses, CIM-Douro e em todas as demais entidades supra-municipais de que este Município faz parte. Para que apoiem esta nossa justa reivindicação. E, claro está, o próprio Governo, que tem a possibilidade de nos ajudar neste sentido.

Rua General
Aives Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Gralinal-Águeda
Formato A 4

Estou inteiramente disponível para integrar uma delegação deste Município com a missão de se deslocar a Lisboa e reunir com o Governo, sensibilizando-o para a justeza dos nossos argumentos.
Uma palavra sobre o PAEL: Este Plano, juntamente com o Plano de Reequilíbrio Financeiro, apresentou-se como inevitável para o Concelho de Alijó, em face da sua rutura financeira e do bloqueamento do seu funcionamento, por inexistência de fundos disponíveis.
E não se tratou sequer de uma opção do Município: Em caso de desequilíbrio financeiro estrutural, como era o caso, a adoção de um Plano de Reequilíbrio era obrigatória, tendo aqui sido complementada com o PAEL, para pagamento dos compromissos de curto-prazo vencidos do Município.
Com estes empréstimos, pôde o Município pagar as suas dívidas de curto-prazo, estabilizar a sua situação financeira e reduzir os seus prazos médios de pagamento.
Claro que, com estes empréstimos e por exigência legal, foi ao Município imposto um caderno de encargos, incluindo a definição das taxas máximas sobre os impostos municipais, destacando-se aqui, pelo seu impacto social, o IMI.
Sucede que, com a execução do Plano de Ajustamento Financeiro e a evolução da realidade, há ajustamentos que podem e devem ser promovidos, também nos encargos a suportar pelo Município.
Vejam-se duas das disposições legais que regem nesta matéria: Dispõe o art. 6.º n.º 5 da Lei n.º 43/2012 (que cria o PAEL): "Os objetivos e as medidas apresentadas no Plano são objeto de reanálise, pelo município e pelo Estado, com uma periodicidade anual."; Segundo o art. 15.º n.º 2 do Decreto-Lei n.º 38/2008 (que regula o PRF) "Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, pode o município assumir encargos ou realizar investimentos que não estejam previstos no plano de reequilíbrio financeiro, os quais devem ser previamente autorizados pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e das autarquias locais".
Deve assim aproveitar-se estas cláusulas de salvaguarda e utilizar os nossos argumentos, para procurar minimizar os impactos sociais destes encargos.
E há argumentos que podem ser por nós invocados: Ao nível do IMI, em momento já posterior à contratação deste Plano, foi realizada uma atualização dos valores patrimoniais dos imóveis, com o seu aumento e assim um maior encargo para os proprietários; o IMI familiar ainda não existia à data dessa contratação; Foram agora abertas possibilidades de candidatura em matéria de reabilitação urbana, que implicam benefícios fiscais em sede de IMI; O Município está a cumprir o Plano a que se vinculou e tem a situação financeira estabilizada.
Também neste ponto, e estando o nosso Município a receber as taxas máximas de IMI, interessa refletir sobre o destino a dar a essas receitas. E aqui manifesto reservas face a opções que esta Câmara tem adotado, de utilizar essas receitas para fazer reembolsos antecipados do empréstimo PAEL. Nos últimos meses, foram entregues antecipadamente ao Estado cerca de 2 milhões e meio de euros, sem quaisquer garantias de serem aligeiradas as obrigações a recair sobre o Município, com exceção da poupança de juros. Penso que estas

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Grafinal-Águeda
Formato A 4

medidas deveriam ser implementadas apenas no caso de servirem como contrapartida de uma redefinição dos compromissos do Município previstos no Plano de Ajustamento Financeiro. "

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ESTRATÉGIA E EMPREENDEDORISMO

Ponto 3.1 – Presente informação 2016/234 referente aos prejuízos causados por javali – alteração à informação n.º 185 de 14/06/2016, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.
Deliberação: aprovada, por unanimidade, a presente alteração, nos termos da informação técnica, condicionoda ao competente cabimento e à verificação de existência de fundos disponíveis suficientes para efeitos de compromisso.

==========
Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 30/09/2016, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, chefe da Divisão Administrativa e Financeira desta Autarquia.

O Presidente da Câmara

Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

João Areias

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738

Grafinal-Agueda
Formato A 4